

AGENCIAMENTO ECONÔMICO-ADMINISTRATIVO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ACRE

ECONOMIC-ADMINISTRATIVE MANAGEMENT OF RURAL EDUCATION IN ACRE

Marcondes de Lima Nicácio¹ - IFAC

RESUMO

Este artigo objetiva examinar os programas e projetos educacionais do campo no Vale do Juruá, Acre, verificando suas articulações com a agenda global dos organismos multilaterais e seus reflexos sobre a pobreza. Tendo como base a análise dialética, a pesquisa articula um estudo de revisão teórica e análise documental, com enfoque de natureza qualitativa. No estudo, apresenta-se o papel do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA), do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (PROACRE) e do Programa de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal para Pioneiros no Acre (REDD+ *Early Movers/AC*) na estruturação da educação do campo e suas relações com questões econômicas e a organização social por meio da ideia de desenvolvimento sustentável e preservação da natureza, assumidas como compromissos com as organizações econômicas do Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Alemão de Desenvolvimento (KFW).

PALAVRAS-CHAVES: Educação do campo; Agenciamento; Organismo multilaterais; Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This article objective to examine the rural educational programs and projects in the Juruá-Acre Valley, verifying their articulations with the global agenda of multilateral organizations and their reflections on poverty. Based on dialectical analysis, the research articulates a study of theoretical review and document analysis, with a qualitative focus. The study presents the role of the Sustainable Development Program of Acre (PDSA), the Program for Social Inclusion and Sustainable Economic Development of the State of Acre (PROACRE) and the Program for Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation for Pioneers in Acre (REDD+ *Early Movers/AC*) in structuring rural education and its relationships with economic issues and social organization through the idea of sustainable development and nature preservation assumed as commitments with the economic organizations of the World Bank (WB), Inter-American Development Bank (IDB) and German Development Bank (KFW).

KEYWORDS: Rural education; Agency; Multilateral organizations; Sustainable development.

DOI: 10.21920/recei72023930496517
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72023930496517>

¹Doutor em Educação (UFAM). Docente do Instituto Federal do Acre (IFAC) - *Campus* Cruzeiro do Sul. Líder do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais (NITEPES). E-mail: marcondes.nicacio@ifac.edu.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9463-2815>

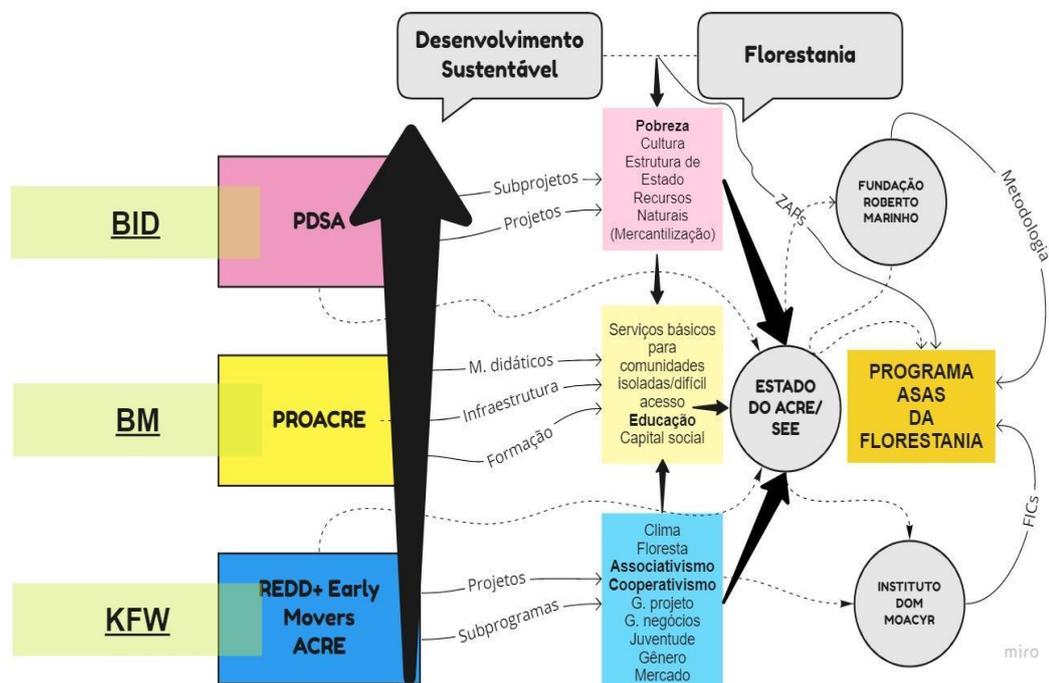
INTRODUÇÃO

A educação do campo no Acre, fruto do desenvolvimento sociometabólico do capital, é produzida pelos processos de utilização dos financiamentos coletados junto aos organismos multilaterais e choca-se com os ideais emancipatórios. A educação local, como importante fator para a promoção da ideia burguesa de desenvolvimento, é cooptada para compor uma referência formativa dada pela filosofia política de produtividade e de expansão econômica.

Constrói-se, portanto, uma perspectiva de formação e as estruturas sociais são modeladas para a interferência tanto material, como cultural sobre o modo de vida do povo acreano. Para esse fim, erige-se um projeto educativo que, ao receber os financiamentos, alinha-se ao capital e modela-se para receber seus desígnios. A resposta é a perda da autonomia e as alterações do modo de vida na floresta, numa alienação, inclusive, das relações sociais.

Para a análise, apresenta-se a figura 1 com a estrutura do processo de agenciamento.

Figura 1 - O agenciamento da política educacional no campo no Acre - Programa Asas da Florestania



Fonte: organização do autor (2020).

Assim, os programas educacionais ou ideários que se sucedem pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA), pelo Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (PROACRE) e pelo Programa de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal para Pioneiros no Acre (REDD+ *Early Movers*/AC) configuram a dimensão econômico-administrativa na educação do campo.

Esta análise tem por base a sistematização de três aspectos/indicadores. O primeiro é o aspecto de desenvolvimento econômico; o segundo, o desenvolvimento social, e o terceiro, o desenvolvimento ambiental, que, juntos, evidenciam a dimensão administrativa do agenciamento,

presente nos programas, nos projetos e em seus desfechos e interferências como política educacional, como pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1 - Aspectos do agenciamento econômico-administrativo

AGENCIAMENTO		
Desenvolvimento	Social	Ambienta
Dimensão Econômica	Dimensão Social	Dimensão Sustentabilidade
Agrega elementos relacionados ao projeto de desenvolvimento e às ações de governo e de empreendimento, estabelecendo elementos de avaliação da gestão, de monitoramento e de assistência a aspectos de controle, capacitação e consultoria para o apoio com recursos.	Prioriza elementos que caracterizam a vida da população e das famílias, em especial no meio rural. Envolve suas condições de vida nos rios, na floresta e nos ramais, em especial nos municípios isolados. A distância social e as dificuldades para o uso da terra são captadas para o projeto de desenvolvimento.	Constrói-se primeiro em nível externo, quando as organizações se assumem como comprometidas com a reversão da problemática ambiental e, em segundo nível, na dicotomia cruzada pelos interesses econômicos, que dão vazão às ideias de conservação, reassentamento, saneamento, impactos, florestas, licenciamento e informações.
Interferência Política	Interferência Cultural	Interferência Territorial

Fonte: organização do autor (2021).

Este escrito está organizado em introdução, metodologia, discussões sobre o agenciamento econômico-administrativo e as considerações finais.

METODOLOGIA

A investigação teve enfoque qualitativo e constituiu-se em um exame dado por ciclos metodológicos de pesquisa bibliográfica, análise documental e de discussão dialética. Para tanto, foi levantada a seguinte problemática: *que políticas educacionais têm sido dirigidas às escolas do campo do Vale do Juruá, Acre e que relações têm com a extrema condição de desigualdade social?*

Nesta perspectiva, Triviños (1987), ao discorrer sobre revisão teórica, analisa que esta engloba uma natureza que visa “explicar, compreender e dar significado aos fatos que se investigam” (1987, p. 99). Uma metodologia que guia o julgamento do pesquisador na definição de conceitos que alicerçam teorias ao obter inferências sobre a realidade social em evidência.

Segundo Sampieri et al. (2013), as pesquisas de revisão teórica propõem, como primeiro procedimento, o método de mapeamento, um preliminar mapa conceitual para aprofundar a revisão de literatura e o desdobramento do marco teórico.

Considerando esses requisitos precedentes, a investigação propiciou familiaridade com as literaturas que fundamentaram o estudo, pois são subsídios teóricos que foram vistos e revistos durante todo o procedimento. Nesta conjuntura, Medeiro (2006, p. 51) nos alerta que “é passo decisivo em qualquer pesquisa científica, uma vez que elimina a possibilidade de se trabalhar em vão, de se desperdiçar tempo com o que já foi solucionado”.

No estudo, a análise nos colocou em contato com diferentes registros. Os documentos reunidos como fontes primárias foram: informações das organizações que subsidiam o desenvolvimento local como projetos, relatórios e outros documentos disponíveis nas páginas oficiais das instituições na internet. Assim como, em âmbito regional, foram levantados documentos oficiais, dentre eles, leis, pareceres, resoluções, decretos, planos, políticas e demais produções que consolidaram as ações consecutivamente desenvolvidas.

Para a configuração da análise dos dados e a sistematização de parâmetros e indicadores de mensuração que consignam os contextos, problemas e condições que envolvam o agenciamento econômico-administrativo, investimos na análise temática, metodologia de análise de informação de natureza qualitativa, utilizada para produzir novas compreensões sobre as políticas. De modo que os dados foram examinados por dois polos, um de alcance essencialista, e outro de dimensão construtivista, ou seja, funcionando tanto para reflexão da realidade, como para avançar e desvendar a superfície da realidade (BRAUN; CLARKE, 2006).

Na análise dos dados por Análise Temática, procedemos por meio de seis fases que se completam como ciclo. Primeiro, trabalhamos com a familiarização com os dados (leitura repetida dos dados e procura de significados e padrões). Segundo, faz-se a geração dos códigos iniciais (identificação das características dos dados em sua dimensão semântica ou latente). Terceiro, procedeu-se com a busca por temas (triagem dos diferentes códigos e temas potenciais). Quarto, avança-se para a revisão dos temas (releitura do conjunto de dados e verificação da necessidade de codificar temas adicionais). Quinto, definição e denominação dos temas (fase de titulação de trabalho aos temas), e sexto, fizemos o processo produção do relatório (total dos dados trabalhados, escolhas de exemplos e captação da essência) (BRAUN; CLARKE, 2006).

A análise dialética se deu a fim de buscar a realidade natural e social do pensamento e da materialidade do objeto, procedeu-se a etapa inicial de *contemplação viva do fenômeno*, dada pela reunião de informações; a segunda etapa, *análise do fenômeno*, dá-se pelo estabelecimento das relações sócio-históricas, e a terceira etapa, análise da *realidade concreta do fenômeno*, identificamos o fundamento, a realidade, as possibilidades, o conteúdo e a forma do objeto investigado (TRIVIÑOS, 1987).

AGENCIAMENTO ECONÔMICO-ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO

Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA)

O PDSA é o primeiro agenciamento analisado na dimensão econômico-administrativa. O PDSA é um programa de desenvolvimento econômico criado para captação de empréstimo. As duas primeiras fases foram celebradas entre o estado do Acre (mutuário), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (financiador) e a República Federativa do Brasil (garantidor).

Na primeira fase, no Acre, iniciada em 2002 (PDSA I), o custo total do programa foi de US\$ 108.000.000,00, sendo 64,8 milhões de dólares financiados pelo (BID), e 43,2 milhões de dólares de contrapartida do estado do Acre. Nessa fase, o objetivo principal era melhorar a qualidade de vida da população acreana e seu patrimônio ambiental (VEROCAI; LUDEWIGS; PEREIRA, 2012). É fruto da autorização da Lei n° 1420, de 18 de dezembro de 2001, em que o executivo estadual foi liberado a contratar operações de créditos junto ao banco.

O programa buscava solução para três problemas centrais: o livre acesso aos recursos florestais, o baixo retorno econômico das atividades de agropecuária tradicional e a falta de qualidade na infraestrutura de transporte e energia (BID/ACRE, 2012a).

O BID classificou esse primeiro período de operação do programa na área de investimento social. Os objetivos específicos assumem os contextos diversificados, sendo desde a modernização da gestão ambiental, e o uso eficiente dos recursos naturais, passando pelo impulsionamento de emprego no setor silvoagropecuário até a logística e o acesso à energia elétrica no estado, desse modo, o financiamento contemplaria três componentes centrais: meio ambiente, produção e infraestrutura.

Como resultado do PDSA I, indicam-se a redução da taxa de desmatamento e o aumento da agricultura e silvicultura na economia, numa elevação de 8,6% do Produto Interno Bruto (PIB) nesses setores, no período de 2002 a 2007. Nas contratações dos relatórios e nas novas propostas de empréstimos, é destacado o discurso de que a redução da pobreza passa pela proteção das florestas, sendo necessária a implantação de alternativas econômicas de base produtiva florestal (BID, 2011).

Ainda como resultado é identificada, no relatório de término do projeto junto ao BID (2010), a avaliação de que as políticas dos governos do estado e dos municípios estavam compromissadas e favoráveis ao desempenho do programa e que o ambiente de colaboração das diversas instituições superou os conflitos e as ineficiências dos atores e das diversas áreas técnicas envolvidas (BID/ACRE, 2012b).

A necessidade de uma nova fase em continuidade ao programa é impulsionada pelo fortalecimento do discurso do desenvolvimento sustentável. No entanto, o programa se desenvolve focado no progresso da gestão pública e na expansão dos negócios, ainda que a política de meio ambiente e de inclusão social tenha sido validada como os grandes interesses do banco a dominar a proposta.

Assim, o PDSA II ajusta-se ao quadro estratégico do BID para o Brasil ao estabelecer como prioridades os elementos de produtividade e infraestrutura para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, a redução da pobreza, a promoção da equidade e a formação de capital humano, a modernização do estado e o fortalecimento institucional (BID/ACRE, 2012b; ACRE, 2012b).

Essa fase do programa tem como objetivo principal majorar o crescimento econômico do Acre através do setor florestal e reduzir a pobreza no estado. As ações para o alcance desse propósito são elencadas através dos componentes de ampliação do manejo sustentável, fomento a cadeias produtivas sustentáveis e fortalecimento da gestão pública florestal.

O desenvolvimento sustentável predominante e a redução da pobreza indicada no objetivo geral do programa não se desdobram em componentes específicos, mesmo que, nos elementos do programa, se destaquem os níveis de pobreza em áreas rurais, cuja taxa no Acre correspondia a 68% da população (BID, 2011), pois ainda são secundarizados ou simplificados pelo fator econômico.

A segunda fase (PDSA II) foi celebrada em 2013, mas, ao longo dos anos, foi objeto de revisão, sendo que a última alteração foi realizada em julho de 2020, quando o estado do Acre (mutuário), o BID (financiador) e a República Federativa do Brasil (garantidor) assinaram uma modificação contratual em que o prazo para desembolsos passará a ser 17 de novembro de 2021 (BID, 2020).

O montante do aditivo é de US\$ 115.000.000,00, sendo 43 milhões de dólares de responsabilidade do mutuário e 72 milhões de dólares disponibilizados pelo banco. A contratação da operação foi autorizada pela Lei Estadual de nº 2 569, de 13 de julho de 2012, definida como abertura de créditos adicionais.

O objetivo dessa fase do programa é aumentar a contribuição do setor florestal no desenvolvimento econômico e reduzir a pobreza, mantendo o desmatamento controlado. Os componentes são: expansão e consolidação de Áreas Protegidas (PAs), cadeias de valores competitivos e sustentáveis, capacitação e governança.

No âmbito do PDSA, a lógica neoliberal é escancarada, dois elementos dos acordos com o BID, especificamente nos ajustes, confirmam a lógica que se impõe para o atendimento aos interesses do capital. No primeiro, a vinculação como contragarantias, a atribuição da União e as cotas de participação constitucionalmente definidas, ou seja, os impostos arrecadados pela União

pertencentes ao estado (Lei n° 2 609, de 4 de dezembro de 2012). Em segundo, a abertura para que o poder público possa investir em capital privado (Lei n° 2704, de 9 de maio de 2013).

Ainda que os empréstimos internos e externos assumam a bandeira da proteção ambiental e o enfrentamento da pobreza como organismo do capital, suas estruturas visam sempre a lucratividade. E, mesmo sendo um contrato com um ente de recursos escassos, não importa quem sairá efetivamente prejudicado caso não cumpra os acordos, por isso é necessária a garantia de pagamento com a arrecadação de imposto e, no modelo de produtividade neoliberal, fortalecer a iniciativa privada é mais que preciso.

Destaca-se também que, no âmbito do PDSA, não foi envolvido apenas o capital multilateral. Houve também a utilização do capital nacional, tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como financiador das fases III e IV do programa.

Ao todo, foram seis financiamentos com o BNDES, sendo cinco descritos como implantação das fases III e IV do programa, em que os valores contratados individualmente, em abril de 2008, são R\$ 394.433.306,00; R\$ 136.876.500,00; R\$ 60.759.000,00; R\$55.073.532,00, e R\$ 7.000.000,00. Para a expansão do saneamento ambiental e da infraestrutura urbana, fortalecimento econômico da produção rural familiar e do ecoturismo, desenvolvimento do setor industrial e modernização da gestão pública, no âmbito da fase V do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - PIDS V, foi contratado o valor de R\$ 641.160.000,00 (BNDES, 2020).

No PDSA, teoricamente a implementação de seus projetos e ações é situada mais efetivamente no setor “pobreza”, e as volumosas cifras são usadas para o estabelecimento de um modelo de produtividade econômica com sua superação, o que efetivamente não se sucede.

A educação, ainda que de modo secundarizado, é colocada no bojo dos interesses do espectro de desenvolvimento, que é orquestrado para justificar os investimentos e modelar as estruturas culturais e o aparelho estatal ao que qualificam como desenvolvimento sustentável.

A proposta de educação atrelada ao programa figura-se na prevalência da educação profissional para formar agentes para mobilizar e fazer propagar a ideologia desenvolvimentista, e, por conseguinte, alterar suas percepções de trabalho e renda numa colocação mais expressiva dos comunitários aos interesses do mercado.

Instituto Estadual de Desenvolvimento de Educação Profissional Dom Moacir Grechi (IDM) - deverá apoiar a UCP no processo de capacitação e formação profissional preparando os Agentes de Desenvolvimento da Comunidade e outros (mediadores, técnicos) para exercerem o papel de mobilizadores sociais nas comunidades, apoiando as pessoas para que possam gerar trabalho e renda e ingressar na economia local. O IDM irá cadastrar e acompanhar cada beneficiário do PDSA II para aferir a evolução e a colocação dele no mercado de trabalho (BID/ACRE, 2012b, p. 11, grifo do autor).

O PDSA projeta-se para produzir uma nova agenda econômica no Acre e, ao fazê-lo, ancora-se no componente ambiental. As transformações estruturais se dão em múltiplos setores, sendo coordenadas por um cirúrgico processo de transformação da estrutura administrativa do estado e do modo de viver de seu povo.

As transformações são fomentadas pela apropriação e reconfiguração de três elementos que caracterizam e são específicos ao cenário humano local. O primeiro é a propriedade e usufruto da terra, havendo um esforço para a legalização de propriedades privadas; o segundo é a agregação de valores ao que pode ser explorado do meio natural na perspectiva de gestão dos

recursos naturais para sua inserção produtiva, bem como a gestão das áreas públicas protegidas por lei e, em terceiro, as culturas tradicionais, uma interveniência justificada pela intenção de sua preservação.

Semelhante percepção é também apresentada por Silva (2012, p. 227):

E no que se refere ao componente ambiental, sua concretização dependeria da concretização das seguintes mudanças no estado: implementação de um processo de administração de terras, executado pelo Instituto de Terras do Acre - ITERACRE; que se realizasse a gestão de áreas protegidas pela Secretaria de Estado de Florestas - SEF; que fosse fortalecido o sistema de gestão ambiental, pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre-IMAC, e, que se apoiasse a preservação de culturas tradicionais, por meio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM.

Depreende-se, portanto, a partir das conclusões analíticas dos documentos do banco e do governo do Acre, o destaque para o elemento “ambiental” que produz como desfecho generalidades em torno de como se dão a atividade de gestão, o plano de manejo, os planos florestais, os serviços, por exemplo, ou seja, esta perspectiva de desenvolvimento.

Corroborando as constatações de Souza (2008); Silva (2012); Morais (2008), o PDSA não entregou o projetado pela administração local. No entanto, consideramos que alcançou firmemente o que é preceituado e característico a uma instituição financeira, ainda que esteja transvertida de pautas relevantes e defensáveis, como a questão ambiental e da pobreza, organização, lucratividade e eliminação das fronteiras, logo, a base exploratória do capital se efetivou.

Assim, as constatações de um modelo de desenvolvimento em que o elemento econômico se sobrepôs ao ambiental, especificamente na questão orçamentária do programa, de modo que apenas 15,9% dos investimentos foram para o ambiente e que 64,7% foram para o econômico (SOUZA, 2008); de que houve o fracasso na promessa de melhoria da qualidade de vida da população através do setor florestal (SILVA, 2012); e na ratificação da crítica, de que não houve efetivamente apoio às populações tradicionais e uma real gestão de recursos florestais, pois ambos os elementos (populações tradicionais e recursos florestais) no PDSA foram manipulados e serviram efetivamente para fomentar a exploração de madeira, um garantindo o funcionamento da indústria da madeira e o outro, a produtividade do agronegócio (MORAIS, 2008).

O PDSA, na sistemática do capital de valorização da natureza descrita por Pontes (2014), atua mercantilizando a floresta e a racionalidade destrutiva do capital numa degradação não só dos recursos naturais propriamente ditos, mas também dos seus sujeitos. Esta perspectiva recrudescer a submissão dos sujeitos ao capital à medida que interfere no seu território e nas suas atividades cotidianas de vida e de trabalho, pendendo, dessa forma, sua autonomia para o controle do capital. Este sistema de controle é econômico-ideológico, cujo predomínio se faz pelo poderio do homem sobre a natureza.

Acrescenta-se que o próprio projeto político que idealizou, planejou e pôs-se a executar o PDSA não consegue manter-se no poder, mesmo tendo ainda recursos financeiros e estruturais para se reafirmar, ainda que esta visão sobre a questão não possa ser isolada da discussão do cenário político nacional.

De todo modo, o predomínio da força do capital é prevaletente, o que é visto quando se constata que, mesmo com a mudança de governo no Acre, o projeto de gestão idealizado pela nova frente política que assume o executivo local não pode consolidar seu ideário de gestão voltada para o agronegócio, já que as obrigações do estado com as organizações multilaterais

seguem dominando o quadro das políticas públicas e o perfil de investimento econômico. Cria-se, assim, o ideário de que o modelo econômico orientado pelo banco seria suficiente para a reversão de deficiências nos indicadores sociais.

Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (PROACRE)

O segundo programa de agenciamento que desenvolvemos a análise é o PROACRE, sendo um programa para captação de aporte financeiro elaborado pelo governo e pactuado com o Banco Mundial (BM), com tratativas que se consolidaram em 2008. Assume como principal compromisso a inclusão socioprodutiva e a redução da pobreza, priorizando as áreas rurais e os municípios de difícil acesso². Celebrado em 19 de dezembro de 2008, tem como garantidor a República Federativa do Brasil e, como mutuário, o estado do Acre. A contratação da operação de crédito foi autorizada pelo legislativo estadual através da Lei n° 2026, de 24 de outubro de 2008 (ACRE, 2008b).

A contratação da operação financeira do programa dá-se em dezembro de 2008, mas sua efetivação ocorreu em 2009, com o plano de financiamento no valor de US \$150 milhões de dólares. Desse total, US \$120.000.000,00 são de responsabilidade do BM como financiador, e US \$30.000.000,00, contrapartida do mutuário. Em setembro de 2014, através de aditivo, é feito novo compromisso no mesmo programa no valor de US \$150.000.000,00, com juros, encargos e taxa bem menores.

O subsídio total de 270 milhões de dólares é alcançado no conjunto dos dois compromissos firmados. No primeiro contrato, já foram utilizados 88,77% do valor, enquanto do aditivo, apenas 53,80%, sendo que a previsão de encerramento do programa estava marcada para o dia 31 de dezembro de 2021 (Tabela 1).

Tabela 1 - Status sumário do financiamento do Banco Mundial (US\$ Milhões) a partir de 1º de novembro de 2020

Financista	Data de aprovação	Data de encerramento	Principal	Desembolsados	Reembolsos	Juros, encargos e taxas
IBRD 76250	18/12/2008	31/12/2021	120.00	106.53	26.18	17.64
IBRD 84420	18/12/2008	31/12/2021	150.00	80.71	3.37	5.86

Fonte: Banco Mundial (2020), tradução livre.

Na estrutura organizacional do PROACRE, dois nichos precisam ser considerados na análise. Em um, o espaço executor, ainda que do ponto de vista do aporte econômico seja sua a iniciativa/interesse e, no outro, a prevalência de interesses/condições sobre os projetos e operações. Desse modo, o exame em questão deve considerar as duas dimensões como base do programa.

Do ponto de vista do órgão executor, o projeto atua para a promoção do desenvolvimento sustentável e a inclusão social na melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade ecológica e econômica, e tem suas principais ações nos setores de saúde, educação e produção, cujos componentes principais são provisão de serviços básicos para comunidades isoladas, inclusão social e econômica em áreas rurais, empreendedorismo em áreas urbanas marginalizadas

²Os municípios de Jordão, Marechal Thaumaturgo, Santa Rosa do Purus e Porto Walter são de difícil acesso. Em razão de não haver ligação por via terrestre, o acesso a tais espaços territoriais se dá somente por via aérea, em aviões de pequeno porte, ou por via fluvial.

selecionadas, políticas públicas e fortalecimento institucional, gestão do projeto e disseminação de informações (ACRE, 2008a).

Na visão do financiador, é uma contribuição feita para que o governo do Acre atue na inclusão social e econômica das populações mais pobres e isoladas. Os componentes do projeto descritos pelo banco pretendem melhorar os seguintes setores: serviços básicos para comunidades isoladas (saúde, educação e extensão agrícola com assistência técnica e financeira), inclusão social e econômica nas áreas rurais (qualidade da educação e dos serviços de saúde através das comunidades polo), renda da população (apoio das cadeias produtivas e o acesso aos mercados, formação profissional dos trabalhadores dos setores agrícola e industrial), empreendedorismo (áreas de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, empreendimentos comunitários e formação profissional), política pública (modernização da gestão) e disseminação de informações (gestão do programa).

O objetivo geral do projeto apresentado nos documentos do BM é contribuir com os esforços do governo do Acre na promoção da inclusão social e econômica da população mais pobre e em áreas isoladas do território acreano (BANCO MUNDIAL, 2020).

No aditivo, mantêm-se os componentes, ocorrendo somente o aumento do número de atividades do programa, a abrangência de novas atividades e a inclusão da área de infraestrutura urbana e serviços de WSS³ (WORLD BANK, 2014).

Na plataforma da organização do programa junto ao BM, nos elementos presentes nos documentos, nos planos de estruturação, plano de aquisição, relatórios de *status*, relatórios de resultados, informações, folhas de dados, avaliação ambiental e contratos, entre outros, existem a prevalência e a consecução do capital social para justificar o financiamento ou para mensurar os resultados e/os processos e ações desenvolvidas.

Na definição do programa, o capital social é lançado conceitualmente como uma filosofia econômica, se relacionando diretamente com a atuação do governo e com as organizações internacionais, como o BID e o BM, além de organizações estatais nacionais, como o BNDES. Assim, os projetos e programas de gestão governamental cooptam e aportam-se ao segmento das organizações e movimentos sociais, conseqüentemente, essas instituições também são colocadas no protagonismo do capital social, local para, em tese, superar a pobreza e as desigualdades históricas do Acre.

A abordagem do capital social, que é uma invenção das organizações financeiras multilaterais, serve para assegurar uma resposta a contento no conjunto de operações financiáveis, desse modo, todos são responsabilizados pelos acordos. Portanto, a coletividade exigida é a propulsão para o que se deseja como resposta a um projeto financiado. Assim, as instituições e as relações sociais se modelam dentro do projeto de desenvolvimento do banco, sendo uma interferência que se materializa nas relações interpessoais da sociedade local.

O BM, em seu quadro de resultados com os indicadores de desenvolvimento de projeto, elenca dois objetivos voltados especificamente para a educação. O primeiro: “melhorias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas estaduais para Educação Infantil de 5,5 em 2015 para 6,4 em 2021” e o segundo: “melhorias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas estaduais para a educação fundamental final de 4,7 em 2015 para 5,3 em 2021” (BANCO MUNDIAL, 2020).

Como indicadores de resultados intermediários no BM (Tabela 2), os investimentos realizados para a área de educação, no período de 2008 a 2019, focam na infraestrutura das escolas. E, a partir de 2019, os indicadores voltam-se para a formação docente, custo de

³ WSS – Abastecimento de Água e Saneamento.

matrícula/atendimento nos programas e projetos criados em articulação aos financiamentos e para a avaliação sistemática do ensino.

Tabela 2 - Resultados: indicadores de resultados intermediários - educação

Indicador		Base	Atual	Alvo
125 escolas rurais beneficiadas com a implantação de subprojetos escolares.	Valor	95.00	95.00	125.00
	Data	18/12/2008	05/12/2019	31 /12/2021
Qualificar 1.500 professores e coordenadores do 6º ao 9º ano em escolas estaduais urbanas.	Valor	0.00	0.00	1500.00
	Data	21/01/2020	21/01/2020	31 /12/2021
Qualificar 1.300 professores e coordenadores do ensino médio por ano em escolas estaduais urbanas.	Valor	0.00	0.00	1300.00
	Data	21/01/2020	21/01/2020	31 /12/2021
Qualificar 1.000 professores e coordenadores da EJA I por ano no Ensino Fundamental e Médio da EJA.	Valor	0.00	0.00	1000.00
	Data	21/01/2020	21/01/2020	31 /12/2021
Atender 20 mil alunos em áreas urbanas com o programa Quero Ler (meta cumulativa).	Valor	0.00	0.00	20000.00
	Data	21/01/2020	21/01/2020	31 /12/2021
Beneficie 2.800 estudantes do Ensino Médio por ano com estudos escolares em tempo integral.	Valor	0.00	0.00	2800.00
	Data	21/01/2020	21/01/2020	31 /12/2021
Avaliar 93.000 alunos do 3º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, e alunos do 3º ano do Ensino Médio com base em habilidades de escrita.	Valor	0.00	0.00	93000.00
	Data	22/01/2020	22/06/2020	31 /12/2021
Atendimento pré-escolar (4 a 5 anos) para 2.000 crianças/ano da Educação Infantil na Educação Rural (Asinha da Florestania).	Valor	0.00	0.00	2000.00
	Data	21/01/2020	21/01/2020	31 /12/2021
Escolaridade para 5.000 alunos/ano (1º ao 5º ano) no Programa Caminhos da Educação de Campo (Classes Multigrade).	Valor	0.00	0.00	5000.00
	Data	21/01/2020	21/01/2020	31 /12/2021
Matrícula líquida para 5.000 alunos/ano (6º ao 9º ano) - Programa Caminhos da Educação do campo - anos finais do Ensino Fundamental (Programa Asas da Florestania).	Valor	0.00	0.00	5000.00
	Data	21/01/2020	21/01/2020	31 /12/2021
Matrícula líquida para 6.000 estudantes do Ensino Médio/Ano - Programa Caminhos da Educação do campo - Programa Asas da Florestania.	Valor	0.00	0.00	6000.00
	Data	21/01/2020	21/01/2020	31 /12/2021
20 mil estudantes rurais participam do Programa Quero Ler.	Valor	0.00	0.00	20000.00
	Data	21/01/2020	21/01/2020	31 /12/2021

Fonte: Banco Mundial (2020), adaptação do autor.

Nos documentos do governo do Acre, no âmbito do programa, as ações para a educação são relacionadas à qualidade do ensino, sendo cinco eixos principais: garantia de acesso às populações mais isoladas; melhoria da qualidade do Sistema de Ensino; fortalecimento da autonomia da escola; modernização da gestão escolar e correção da distorção do fluxo idade-série (ACRE, 2019).

Evidencia-se que, apesar da conotação de que o estado é mínimo do ponto de vista dos organismos multilaterais, o que o governo começa a mostrar são volumosos investimentos nas questões sociais e educacionais com o PROACRE e os outros programas de financiamentos, ainda que esta seja uma perspectiva que efetivamente não gerou transformações socioeconômicas permanentes e que não tenha desenvolvido uma educação emancipatória.

O PROACRE, a partir de 2016, passa para a sua segunda fase, quando o programa é transformado no Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica (PROSER). Extensão reformada do programa anterior tem a sua autorização para a contratação feita através da Lei nº 2 570, de 13 de julho de 2012, tendo como objetivo a promoção da inclusão socioeconômica e ambiental nas áreas mais vulneráveis e isoladas, numa perspectiva de desenvolvimento comunitário das famílias em situação de pobreza (SEPLAG, 2009; ACRE, 2012a).

Através do PROSER, contratou-se um total de 187.500.000,00 de dólares, dos quais US \$150.000.000,00 são aporte do financiador e US \$37.500.000,00 são de contrapartida. O programa é estruturado por cinco componentes principais: serviços básicos para comunidades isoladas; inclusão social e econômica em áreas rurais; empreendedorismo em comunidades urbanas prioritárias; políticas públicas e fortalecimento institucional, e gestão do PROSER e disseminação de informações (SEPLAG, 2020; ACRE, 2012c; ACRE, 2019a).

Do ponto de vista macroeconômico, há também uma mudança de perspectiva para o estado empresário com o incentivo de vários empreendimentos econômicos denominados de parcerias público-privado-comunitário. Dentre os investimentos, destacam-se a Fábrica de camisinhas, a Fábrica de tacos, o Complexo Agroindustrial Acreaves e Dom Porquito, Acrepeixes, Polos moveleiros, Polo naval e Polos industriais.

Estes investimentos em indústrias são, do ponto de vista econômico-hegemônico, acolhidos em diferentes perspectivas. Do ponto de vista do empresariado local, é o estado necessário, já que não abdica da reivindicação de uma política de redução de despesas e gastos no âmbito do governo e do que chamam de aumento da eficiência da gestão pública, adequação do sistema tributário e redução da burocracia e custos excessivos (FIEAC, 2018). Enquanto, para o governo, é base para homogeneização de seus interesses junto à elite local, o que proporciona a manutenção do seu projeto de poder.

Nos objetivos específicos, na área de educação, o programa indica a promoção da educação para comunidades em todas as etapas de formação, compreendendo desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos.

Os recursos captados pelo PROSER foram utilizados na educação para formação continuada dos professores, especialmente do Ensino Fundamental e Médio nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, sendo usado em serviços de consultoria para a realização avaliação externa via Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE) para os alunos de 3º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e os de 3º anos do Ensino Médio.

Assim também, como os recursos do PROACRE, o programa lançou mão de verbas para o custeio/aquisição de materiais didático-pedagógico para os alunos dos programas educacionais que surgem atrelados aos financiamentos para o cumprimento de metas, entre eles: Asas da Florestania, Asinhas, Multissérie, Asas Fundamental II e Asas Médio, Programa Quero Ler, Coordenação de Programas e outros, do mesmo modo como foram adquiridos *kits* de material pedagógico para os professores, supervisores e servidores da Secretaria de Estado de Educação do Acre (DEVELOPMENTAID, 2016).

Os investimentos nas condições materiais feitos pelo PROACRE e na segunda fase pelo PROSER na área da educação alteram e trazem condições melhores para as escolas, em especial as mais precarizadas e que estão dispersas nos mais longínquos rincões da Floresta Amazônica, porém, nos documentos que descrevem os programas e no conteúdo das páginas digitais do governo do Acre, o “desenvolvimento” é a categoria central.

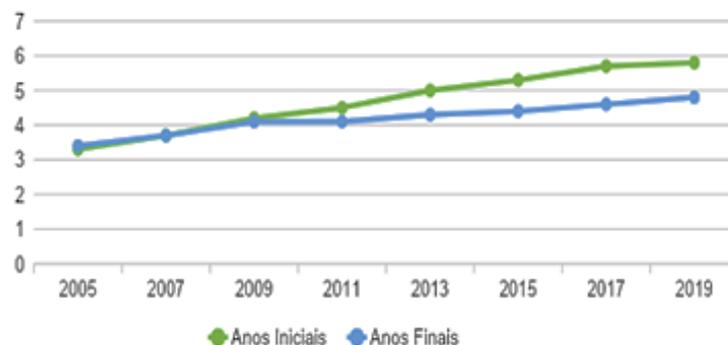
A perspectiva de desenvolvimento é potencializada em sua perspectiva econômica; os elementos que estão também atrelados figuram pelo viés de consolidação de uma estrutura produtiva que permite o usufruto de elementos como a distância ou isolamento social vivido pelas comunidades locais (locais de difícil acesso), assim também se sobressai o interesse pelo contexto. Portanto, com esse ideário, firmam-se os projetos e ações que se vinculam transvertidos de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Os documentos, quando confrontados com a categoria “rural”, nos direciona para a percepção de desenvolvimento, reforçando-a como destaque, acrescentando também o elemento “extensão” e “assistência técnica” como o reforço pela adequação da base produtiva para melhor alinhamento da estrutura capital, ao mesmo tempo em que avulta a população e a floresta como bases para este projeto de desenvolvimento. Embora em nuances extremamente diminutas, o elemento campo também é apresentado como importante nos documentos, já a ideia de campo predispõe o protagonismo de seus agentes. Estas dimensões são necessárias para a análise, pois são telas projetivas do que se experimenta como Educação do campo dentro desses programas.

Em outra visão, é também importante trazer o elemento “pobreza”, embora os projetos em seus objetivos façam menção direta ao seu combate, no conjunto dos documentos e dos resultados apresentados pelos relatórios dos financiamentos, é relegado a um patamar inferior tanto do ponto de vista dos dados, como das interfaces executivas que assumem os projetos. Geralmente, os documentos dizem e trazem a pobreza apenas como um conjunto de dados mensuráveis, a lógica que se edifica é uma interpretação de que é esta pobreza que favorece, pois é ela que protagoniza o pedido, o interesse e a liberação dos investimentos.

No relatório de *status* e resultados da implementação consignado junto ao BM, em 2019, pelo estado do Acre, é destacada a condição de reestruturação do projeto em razão da mudança de governo, lançando-se a possibilidade de extensão. Dentre os resultados apresentados referentes ao objetivo de prover a inclusão social e econômica dos pobres rurais e urbanos do Acre, destacam-se os dados do IDEB (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução do IDEB na rede pública



Fonte: World Bank (2019); QEDU (2020).

O alcance dos resultados com a educação é apresentado através do IDEB do Ensino Fundamental, posto que o ensino de 1º a 5º ano evoluiu seu IDEB, de modo que era 4,5 (em 2007), 5,1 (em 2011), 5,8 (em 2015), 6,3 (em 2017), e 6,2 (em 2019). Já o para o ensino de 6º a 9º, os indicadores evoluem, de modo que eram 4,2 (em 2007), 4,6 (em 2011), 4,9 (em 2015), 5,0 (em 2017), e 5,2 (em 2019) (WORLD BANK, 2019; QEDU, 2020).

Tomando por base a inclusão socioeconômica, chama-nos a atenção que, nos resultados referentes à satisfação dos beneficiários com o apoio ao projeto e serviço de extensão para

atividades de inclusão produtiva que tem como meta o alcance de 60% de satisfação, não há, no componente, uma linha de avaliação definida, nem mesmo uma base a ser utilizada como ponto de partida para a estimativa da eficácia do projeto.

Nessa conjuntura, observa-se que os indicadores de resultados não apresentam um quadro completo de evolução, visto que as informações do relatório do programa não têm uma consolidação real de sua efetividade ou alcance.

No indicador intermediário de promoção e inclusão social e econômica dos pobres que vivem em áreas isoladas, os componentes relacionados diretamente à educação são: 20,2 mil jovens e adultos residentes em comunidades rurais e áreas urbanas de ZAPs, atendidos pela oferta de programas da EJA 1º e 2º segmentos; aumento, de 92,1% em 2011 para 93% em 2017, da taxa líquida de escolarização do Ensino Fundamental no meio rural por meio do Programa Escola Ativa (1º ao 5º ano) e Asas da Florestania (6º ao 9º ano); aumento, de 35,5% em 2011 para 45% em 2017, da taxa líquida de escolarização do Ensino Secundário na zona rural através do Programa Asas da Florestania; 8.800 novos alunos em escolas fundamentais (5ª a 8ª séries), em Comunidades Polo (COPs) que se beneficiam da implementação de uma metodologia semelhante ao Programa de Gestão da Aprendizagem Escoar (GESTAR II), e 5.300 novos alunos em escolas de Ensino Médio em COPs que se beneficiam da implementação de um pacote de melhoria de qualidade (WORLD BANK, 2019).

Evidencia-se que, do ponto de vista dos resultados de matrículas e da interrupção de estudos no meio rural, houve um grande aumento da escolarização em relação a todos os outros governos anteriores, o que significa avanços no campo da Educação do campo. Estes novos ganhos são produzidos pela administração estatal através dos empréstimos que financiam as políticas sociais e de educação.

No componente inclusão social e econômica em áreas rurais na educação, destaca-se: pelo menos 80% das 34 comunidades que recebem apoio do projeto recebem capacitação para planejamento e gestão estratégica de subprojetos, e 134 escolas beneficiadas com a implementação de subprojetos escolares.

A proposta de desenvolvimento e de educação imposta pelo PROACRE não pode ser, dentro de uma conjuntura crítica de suas mediações e da concretização de apontamentos analíticos, apenas ligada à estrutura sistêmica do capital.

É insuficiente também apenas clarificar os seus elementos alienantes, devemos considerar que os beneficiários do programa têm por primeira necessidade a sobrevivência, pois, como coloca Mészáros (2006, p. 79), são seres humanos e por tal condição possuem “necessidades físicas historicamente anteriores a todas as outras”, sendo obrigados a se adequarem a este modelo de desenvolvimento, pois precisam “produzir a fim de manter-se, a fim de satisfazer essas necessidades”.

Mais do que aporte financeiro, o banco vai produzindo, com seus objetivos, estratégias e componentes sistematizados nos projetos, uma alteração nas relações entre o homem e a natureza. Além disso, altera o trabalho através da criação do paradigma de desenvolvimento sustentável, da imposição de cadeias produtivas com respaldo ambiental e da reconfiguração da função social do estado justificada pela necessidade de amenização da pobreza, transformando a própria mediação do homem com a natureza e, por conseguinte, sua própria consciência.

Em função disso, a educação nos programas dos bancos também são respostas necessárias para a dominação do capital e para a prevalência dos interesses hegemônicos, visto que:

É - completamente imprescindível ao capital a universalização de um projeto de educação, tanto em relação aos aspectos formativos estritos quanto em seus aspectos amplos - isto é, [...] não se deve perder de vista a orientação estrutural deste projeto, razão pela qual os princípios da educação moderna (leia-se burguesa) derivados do princípio da Igualdade, Liberdade e Fraternidade, eram, e são, tão belos quanto irrealizáveis (ANTUNES, 2012, p. 42).

As instituições financeiras multilaterais, com seus programas no Acre, cumprem, portanto, o papel de alinhar a economia local a qualidades imprescindíveis ao seu funcionamento global, logo, os processos não são apenas transformações econômicas e transformações políticas, também devem iniciar-se pelo homem do campo.

Programa de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal para Pioneiros no Acre (REDD+ EARLY MOVERS/ACRE)

O terceiro programa de agenciamento desenvolvido que modela a dimensão econômico-administrativa é o REDD+ *Early Movers/Acre*. O REDD é uma proposta multilateral de pagamento por serviços ambientais, baseada na compensação financeira aos países com florestas tropicais pelos serviços de redução de desmate, conservação, manejo sustentável e de estoques de carbono florestal, impactando, assim, os modelos regionais de renda e de desenvolvimento através de serviços ambientais, interferindo em ambientes institucionais e econômicos (BORGES, 2011).

O Programa REDD+ *Early Movers*, no Acre, é um programa de aporte financeiro iniciado em 2011 pelo Ministério Federal da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) da Alemanha para a compensação pela proteção das florestas e mitigação das mudanças climáticas. É implementado junto aos seus parceiros com o *Development Bank* (KFW) e *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), sendo duas as suas linhas de implementações, a financeira, feita pelo KFW, e a de suporte técnico, realizada pela GIZ (KFW, 2020).

Em termo de definição, é uma proposta para reduzir as emissões de gases de efeito estufa causadas pelo desmatamento e degradação, fluxo de carbono, manejo florestal sustentável, conservação, manutenção e aumento do armazenamento de carbono florestal (ACRE, 2020). É a partir da consolidação do Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais (SISA), criado pela Lei Estadual n° 2308/2010, que instituiu também o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais (ISA) Carbono, assim como os Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre, é que surge o REDD+ no Acre.

A Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal reuniu seis programas: Regularização do Passivo Ambiental; Certificação de Unidades Produtivas Sustentáveis; Gestão de Florestas Públicas, Privadas e Comunitárias; Reflorestamento, e Recuperação de Áreas Degradadas (WWF, 2013).

Por meio desta estrutura, o Acre torna-se o primeiro a celebrar um acordo que promove pagamento baseado no desempenho na redução das emissões de carbono. A inserção de políticas públicas de perspectiva ambiental, que são, em tese, consolidadas por outros programas de gestão local como o PDSA, favoreceu a pactuação do estado com a cooperação alemã.

O Programa de REDD+ foi instituído seguindo a proposta original junto à cooperação alemã e é especificado localmente com o objetivo geral de promover a redução progressiva, consistente e de longo prazo das emissões de gases de efeito estufa e alcançar a redução voluntária estadual das emissões causadas pelo desmatamento e degradação florestal (IMC, 2018), em

coerência com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), visando contribuir para a proteção do clima e das florestas (KFW, 2017).

Os objetivos específicos do programa se ancoram em dois elementos: estrutura e gestão. Do ponto de vista estrutural, volta-se para os instrumentos econômico-financeiros para compensar a redução de emissões e de infraestrutura e instrumentos para a medida das emissões. Do ponto de vista da gestão, volta-se para os elementos de cooperação em todos seus níveis, para repartição de benefícios para os participantes da redução, para a institucionalização do sistema estadual de REDD+, bem como para o modelo de desenvolvimento instituído (IMC, 2018).

O programa é promovido contemplando os diferentes indivíduos envolvidos no cenário ambiental acreano. São indígenas, produtores rurais, assentados, ribeirinhos, extrativistas, comunidades tradicionais agrupados nos subprogramas: Indígena; Produção Familiar Sustentável; Extrativismo; e Pecuária Diversificada Sustentável.

O REDD *Early Movers* é uma implementação que se destaca também por ser a primeira versão subnacional, ou seja, em uma jurisdição específica. Uma estratégia enxergada pelos organismos do capital para tornar mais ágil, melhor mensurável e de implementação em razão de ser uma área menor e melhor administrável (ACRE, 2020; ACRE, 2019b).

A lógica de produtividade do capital exige respostas, a estratégia de pagamento por resultados disfarçados no interesse pela preservação ambiental é uma inventividade para aumentar o controle econômico sobre os países periféricos. O Acre serviu, nesse sentido, como uma escola de experimentação para validarem e construírem, em nível estratégico, tal proposta de atuação.

Esta prevalência escalona-se incontrolavelmente, o que é percebido no modo como a remuneração pelas emissões: primeiro são medidas pelo Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE), depois se cria uma metodologia própria de mensuração, o Acre Carbon Standard (ACS). Logo, se converte em uma necessidade criada pelo capital, o que a tornará uma participante/orientadora das políticas públicas ambientais do Brasil, sendo modelo adotado pelo Ministério do Meio Ambiente, que, a título de exemplo, cria a plataforma do *Info Hub*.

Nesse sentido, não devemos perder de vista que o programa não é uma experiência isolada, sendo efetivamente uma composição articulada a outros organismos, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, e a estratégia de pagamento por resultados encontra outras propostas como o Fundo Amazônia, Fundo de Parceria para o Carbono da Floresta (FCPF) e programas do Banco Mundial.

O programa REDD *Early Movers*, no Acre, se dá em fases, o pagamento e repartição dos benefícios são feitos em duas ordens de investimentos. No primeiro tipo, os recursos financeiros são usados para concretizar e expandir políticas públicas de proteção do clima e da floresta, como para o aprimoramento das bases do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). No segundo, dá-se pela lógica de estoque-fluxo programático, na partilha para quem protege e conserva a floresta (estoque), para quem endereça os vetores de desmatamento (fluxo) com o fornecimento de benefícios tangíveis aos sujeitos locais e para os programas do estado em igual incentivo para redução ainda maior do desmatamento (ACRE, 2020; KFW, 2017)

Os recursos financeiros são usados para a concretização e expansão de políticas públicas e programas de proteção do clima e da floresta, como o Sisa. O Acre pactuou dois acordos com o KFW através do Programa Global de REDD. No contrato de 2012, a liberação financeira foi feita em quatro anos e, em 2013, a liquidação foi em parcela única (DUCHELLE; MELLO; GEBARA; MELO, 2014).

Na 1ª Fase (2012 a 2016), a redução foi na ordem de 5.572.000 de toneladas de CO₂, que gerou uma renumeração de 25 milhões de euros; os recursos foram provenientes do BMZ e do Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) da Alemanha, sendo 16 € milhões do BMZ e 9 € milhões do BMU repassados pelo KFW (KFW, 2017).

Na 2ª Fase (2017 a 2021), a previsão de implementação é de cinco anos (ainda em curso), divididos em dois desembolsos já efetivados, o primeiro de 5.000.000,00 € e o segundo de 7 937 756,44 € (ACRE, 2018). Quanto ao compromisso, foi estabelecida a taxa de desmatamento de 330 km²/ano como condição para a realização do pagamento, o objetivo é manter a taxa em patamar baixo.

Destaca-se que, por se tratar de uma fase em curso, novas pactuações aditivas podem ser realizadas ou canceladas. No relatório de 2019, o cenário da cooperação apresenta 10 milhões de euros que são da cooperação alemã (BMZ) e 17,84 milhões de libras através do governo britânico, ainda que ambos tenham previsão de destinação através do KFW. Além disso, a condução das políticas ambientais pelo governo Bolsonaro, que finaliza em 2022, põe em jogo o futuro da cooperação multilateral voltada para o meio ambiente.

A repartição dos recursos destinados pelo Banco KFW foi pactuada, de modo que 70% do financiamento do BMZ e 90% do BMU seriam destinados aos sujeitos locais do programa; os outros 30% do BMZ e 10% do BMU seriam usados para aprimoramento do SISA e de políticas públicas correlatas. Em valores, 19.000.000,00 € foram destinados às pessoas/famílias beneficiárias, aos territórios em que atuam e às atividades executadas, e 5.700.000,00 €, para o SISA e políticas relacionadas (ACRE, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos examinar, inicialmente, os programas e projetos educacionais do campo no Vale do Juruá-Acre, verificando suas articulações com a agenda global dos organismos multilaterais e seus reflexos sobre a pobreza. Assim, procuramos conhecer quais políticas educacionais têm sido dirigidas às escolas do campo do Vale do Juruá-Acre e quais relações têm com a extrema condição de desigualdade social.

A análise nos mostrou que o agenciamento econômico-administrativo é percebido em diferentes elementos da educação do campo no Acre. A gestão focalizada em elementos econômicos ratifica a preponderância do mercado em um contexto educacional, e este processo segue um percurso construído ao longo do tempo pelos rudimentos das políticas neoliberais, que circulam por via interna no sistema educacional e se manifestam pela lógica da atuação do estado em sua fase inicial, mas que são reconfiguradas pelos acordos multilaterais com o governo do Acre

A educação, no contexto dos programas (PDSA, PROACRE e REDD+ *Early Movers/AC*), se manifesta, subliminarmente, no quadro que mais interessa aos propositores deste modelo de política. Está diretamente nas ações diametrais do contexto específico em que se processa, em tese, a defesa da causa ambiental. Materializa-se na perspectiva em que os programas são referendados e executados nos espaços e produzem alterações no modo de vida e na visão que os indivíduos têm sobre seu ambiente de vivência. Uma alteração que atinge a terra indígena, a unidade de conservação, o projeto de assentamento e, inclusive, as propriedades privadas.

Na alocação dos pecúlios do acordo com os proponentes, os sujeitos são envolvidos e têm que apreender a própria sistemática financeira para acessar os recursos e criar projetos com os elementos definidos pela organização. Nisso, as cooperativas de produção, os sindicatos e federações, as associações e organizações de produtores se veem obrigados a se educarem na lógica do capital para dispor do financiamento. O que é verificado pelas capacitações feitas com os agentes implementadores na formação de agentes em sistemas agroflorestais e na criação de materiais didáticos que orientam os princípios, critérios e indicadores de REDD+, interligando padrões ambientais e sociais aos interesses da cooperação alemã.

Nos programas, a educação é também figurada como gestão do conhecimento e da informação e organizada através de formação e capacitação e de temáticas pertinentes aos subprogramas e seus múltiplos sujeitos. São variadas as questões, envolvem elementos efetivamente sobre crédito de carbono, mas também elementos interculturais que passam por temas diversos, como clima, floresta, associativismo, cooperativismo, gestão de projetos, gestão de negócios, juventude, gênero e mercado (ACRE, 2018).

Os programas trazem a pobreza como uma de suas dimensões de alcance. Por via dos benefícios gerados pelos recursos financeiros destinados, coloca os pobres na condição de atores e beneficiários. No entanto, estes não são atores, e, sim, sujeitos de um processo que os condicionará a um modelo de desenvolvimento econômico, num processo que vai se aglutinando com outros mecanismos institucionalizados no Acre e que cada vez mais engessa o modo de pensar e viver das pessoas.

A condição de sujeito é reforçada pela responsabilidade que é lançada sobre as famílias, sobre sua propriedade e até mesmo sobre o seu modo de vida. Cria-se, então, uma consciência coletiva, por vezes camuflada nas reduções das emissões e na preservação das florestas, mas fortemente definida no arcabouço sistêmico capitalista. O que os faz assumir, consciente ou inconscientemente, um fardo, o carregando para si, como se o recurso despendido ou o acordo firmado anulasse o papel da nação de onde provém o investimento e como se esta permuta os redimisse, esquecendo-se da dialética e da materialidade da história humana, gerando, assim, um mercado compensatório.

Dessa maneira, ocorre uma responsabilização dos pobres pela conservação ambiental dos lugares em que habitam, como se pudessem frear o avanço do capital e suas conseqüências, quando, na realidade, os próprios indicadores do programa identificam a posição real na conjuntura socioeconômica.

Dessa forma, programas, como o PDSA, o PROACRE, como o REDD+ *Early Movers/AC*, fomentam e promovem políticas públicas que, na verdade, são ineficientes, pois indicam que os povos da floresta são a solução para o desmatamento numa forma de responsabilização em que:

O custo social da redução considerável dos índices de desmatamento seria, portanto, muito menor do que é sugerido em pronunciamentos frequentes, que culpam a pobreza pelos problemas ambientais na região. Assim, estratégias como as que promovem as agroflorestas entre os pequenos agricultores são provavelmente ineficazes quando, na verdade, os pecuaristas latifundiários são os principais vilões (FEARNSIDE, 2020, p. 10).

Além disso, as causas do desmatamento no Acre não podem ser depositadas sobre os pequenos agricultores ou proprietários de terra, já que os grandes latifundiários são os que realmente interferem na conjuntura econômica e são também mais sensíveis ou beneficiados com

as taxas de juros, investimentos, subsídios do governo para crédito agrícola, índice de inflação e preço da terra (FEARNSIDE, 2020).

O modelo econômico-administrativo é perspectivado por três dimensões, na qualificação de desenvolvimento (econômica), se dão os projetos e ações de governo para avaliação da gestão, monitoramento, assistência e capacitação para aporte de recurso; na qualificação social, capturam-se os elementos que caracterizam a vida da população no meio rural em suas condições de vivência (rios, floresta, isolamento), os inserindo no enredo do desenvolvimento, e, na qualificação ambiental (sustentabilidade), impõe-se uma lógica de defesa ambiental, mascarando o interesse econômico de exploração da floresta.

Portanto, o avanço do capital chega às comunidades rurais distribuídas pelo território acreano, “fetichizado” pelo manejo de produtos madeireiros e pelo estabelecimento de novas cadeias produtivas. Um processo de mercantilização da floresta que se falseia em melhorias de indicadores sociais. Uma ideia que é facilmente assimilada, já que a realidade tão precarizada encontra, em qualquer efeito mínimo, um grande avanço social.

Diante do exposto, a pesquisa nos levou, como pesquisador, ao reconhecimento de algumas limitações. Entre elas: a necessidade de uma visão mais completa sobre a realidade socioeconômica e política que perpassa a educação do campo e o reconhecimento de que nem sempre se consegue materializar uma educação que seja de resistência e emancipação. Com isso, reafirma-se a dialeticidade dos processos educacionais da educação do campo no Vale do Juruá que não estão encerrados, mas sujeitos aos movimentos e elementos da história, portanto, podem ser transformados.

REFERÊNCIAS

ACRE. **Avaliação Ambiental: Projeto PROACRE**. Rio Branco, 6 nov. 2008a. Disponível em: documents1.worldbank.org. Acesso em: 5 ago. 2022.

ACRE. **Bases conceituais resultados e aprendizados pioneiros de REDD+**: a implementação da primeira fase do Programa REDD Early Movers (REM) no Acre. 2020. Disponível em: Lições Aprendidas PORTUGUES.indd (imc.ac.gov.br). Acesso em: 5 ago. 2022.

ACRE. Lei n. 2.965, de 2 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Acre**, Rio Branco, ano. 48, n. 11.589, p. 5-61, 2015. Disponível em: Diário Oficial N° 11589 - Caderno Único (diario.ac.gov.br). Acesso em: 5 ago. 2022.

ACRE. **Lei n. 2026, de 24 de outubro de 2008**. Autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e a abrir créditos adicionais para o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre - PROACRE. Rio Branco: Leis Estaduais, [2008b]. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wpcontent/uploads/2014/09/Lei2026.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2022.

ACRE. **Lei n. 2570, de 13 de julho de 2012**. Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e a abrir créditos adicionais para o Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do

Acre - PROSER. Rio Branco: Leis Estaduais, [2012a]. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2570.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2022.

ACRE. **Lei n. 2609, de 4 de dezembro de 2012.** Altera o Parágrafo único do art. 3º da Lei n. 2.569, de 13 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a abrir créditos adicionais para o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - PDSA - Fase II, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Rio Branco: Assembleia Legislativa do Estado do Acre. [2012b]. Disponível em: LEI N. 2.609, de 4 de dezembro de 2012 - Portal de Leis da Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Acesso em: 5 ago. 2022.

ACRE. **Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre - PROACRE Financiamento Adicional - PROSER - Anexo 5: Marco de Reassentamento Involuntário.** Jun. 2012c. Disponível em: <http://seplag.acre.gov.br/wpcontent/uploads/sites/26/2019/09/Anexo5MarcodeReassentamentoInvolunt%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2022.

ACRE. **Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre - PROACRE Financiamento Adicional - PROSER - Anexo 5: Marco de Reassentamento Involuntário.** Jun. 2012. Disponível em: <http://seplag.acre.gov.br/wpcontent/uploads/sites/26/2019/09/Anexo5MarcodeReassentamentoInvolunt%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2022.

ACRE. **Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre - PROACRE Financiamento Adicional - PROSER Anexo 3: Questões Sociais.** 26 set. 2019a. Disponível em: <http://seplag.acre.gov.br/wpcontent/uploads/sites/26/2019/09/>. Acesso em: 5 ago. 2022.

ACRE. **Relatório Anual 2018 do Programa Redd Early Movers (REM) Acre Fase II.** Rio Branco, dez. 2018. Disponível em: Relatório REM 2018 VERSÃO KfW (imc.ac.gov.br). Acesso em: 5 ago. 2022.

ACRE. **Relatório Anual 2019 do Programa Redd Early Movers (REM) Acre Fase II.** Rio Branco, abril. 2019b. Disponível em: Relatório REM 2019 enviado ao KfW (imc.ac.gov.br). Acesso em: 5 ago. 2022.

ANTUNES, Caio. **A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação.** Campinas: Autores Associados, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Projeto acre socioeconômico e desenvolvimento sustentável - PROACRE.** 2020. Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/projectsoperations/project-detail/P107146>. Acesso em: 5 ago. 2022.

BID. **Alteração Contratual nº 4 - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre Fase II.** 22 set. 2020. Disponível em: Alteração Contratual No 4 - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre Fase II.pdf | IADB. Acesso em: 5 ago. 2022.

BID. Project Profile – Brasil: The Acre Sustainable Development Program (PDSA-II). 14 dez. 2011. Disponível em: Acre Sustainable Development Program (BR-L1289) | IADB. Acesso em: 5 ago. 2022.

BID/ACRE. Minuta do Manual Operacional do Programa (MOP). Abr. 2012a. Disponível em: #2 de Arquivo Técnico: Manual de Funcionamento (iadb.org). Acesso em: 5 ago. 2022.

BID/ACRE. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (BR-L1289): Relatório Final de Avaliação Institucional. Abr. 2012b. Disponível em: Análise do custo do projeto e viabilidade econômica (BR-L1289) (iadb.org). Acesso em: 5 ago. 2022.

BNDES. Consulta a operações do BNDES. 2020. Disponível em: Consulta a operações do BNDES. Acesso em: 5 ago. 2022.

BORGES, Laura Coelho Resende. Redução de emissões por desmatamento e degradação – REDD: desafios e oportunidades para o Brasil no contexto das mudanças climáticas. 2011. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Brasília, Brasília, 2011.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2. p. 77-101. 2006.

DEVELOPMENTAID. Financiamento. Jun. 10, 2016. Disponível em: <https://www.developmentaid.org/#!/tenders/view/257917/programadesaneamentoambiental-einclusao-socioeconomica-do-acre-prosercontratacaoempresaesp>. Acesso em: 5 ago. 2022.

DUCHELLE, Amy e; MELLO, Maron Greenleaf, Denyse; GEBARA, Maria Fernanda; MELO, Tadeu. Sistema Estadual de Incentivos aos Serviços Ambientais do Acre (SISA), Brasil. *In: SILLS, Erin O (ed.). REDD+ on the ground: a case book of subnational initiatives across the globe.* Bogor Barat – ID. Bogor: CIFOR, 2014. Disponível em: BCIFOR1403.pdf. Acesso em: 5 ago. 2022.

FEARNSIDE, Philip Martin. Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências. In: FEARNSIDE, Philip M. (ed.) **Destruição e Conservação da Floresta Amazônica**, Manaus, v. 1, p. 7-19, 2020. Disponível em: Cap-1-Desmatamento_historia.pdf (inpa.gov.br). Acesso em: 5 ago. 2022.

FIEAC. Por um Acre mais produtivo. 2018. Disponível em: Slide 1 (fecomercioacre.com.br). Acesso em: 5 ago. 2022.

IMC. Programa Jurisdicional de REDD+ do Acre do Sistema de Incentivos ao Serviço Ambiental do Carbono (ISA Carbono). 2018. Disponível em: GOV - Programa Jurisdicional de Redd+.pdf (enap.gov.br). Acesso em: 5 ago. 2022.

KFW. Programa REDD Early Movers (REM). 2020. Disponível em: REDD+ for Early Movers (REM) - giz.de. Acesso em: 5 ago. 2022.

KFW. **REDD+ in the State of Acre, Brazil**: Rewarding a pioneer in forest protection and sustainable livelihood development. Frankfurt: KFW, jan. 2017. Disponível em: [REDD+inglês.indd \(imc.ac.gov.br\)](#). Acesso em: 5 ago. 2022.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”**: invenção e reinvenção da identidade acreana. 2008. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

PONTE, Karina Furini. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho**: um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC). 2014, 360f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

QEDU. **Acre: IDEB**. 2020. Disponível em: [Acre: Ideb | QEDU](#). Acesso em: 5 ago. 2022.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEPLAG. **PROSER**. [Acre.gov.br](#). Rio Branco, 2020. Disponível em: [BIRD-PROSER | Seplag \(acre.gov.br\)](#). Acesso em: 5 ago. 2022.

SILVA, Sheila Maria Palza. **Políticas públicas e ambientalismo no agroamazônico**: um estudo de caso do Acre (1999- 2010). 2012. 329 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, João José Veras de. **O “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre”**: uma análise à luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. 2008, 188 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEROCAI, Iara; LUDEWIGS, Thomas; PEREIRA, Valéria de Fátima Gomes. **Relatório de Avaliação Ambiental e Social**. Rio Branco, fev. 2012. Disponível em: [IDBDOCS-#36657493-v1-Annex__RELATÓRIO_DE_AVALIAÇÃO_AMBIENTAL_E_SOCIAL_\(BR-L1289\)__.pdf \(seplan.ac.gov.br\)](#). Acesso em: 5 ago. 2022.

WORLD BANK. **Acre Social and Economic Inclusion and Sustainable Development Project (PROACRE)**. 10 sep. 2014. Disponível em: [Acre Social and Economic Inclusion and Sustainable Development Project \(PROACRE\) | Partnership for Economic Inclusion \(peiglobal.org\)](#). Acesso em: 5 ago. 2022.

WORLD BANK. **Acre Social and Economic Inclusion and Sustainable Development Project - PROACRE (P107146): Implementation Status & Results Report**. 19 dez. 2019. Disponível em: documents.worldbank.org/pt/publication/documentsreports/documentdetail/291281468212967729/brazilacresocialandeconomicinclusionandsustainabledevelopmentprojectproacrep107146implementation-status-results-report-sequence-13. Acesso em: 5 ago. 2022.

WWF. **O Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre, Brasil**. 2013. Disponível em: [acre_brazil_sisa_report__portuguese_10_13.pdf \(d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net\)](#). Acesso em: 5 ago. 2022.

Submetido em: março de 2023

Aprovado em: julho de 2023